



PREFEITURA

**NITERÓI**

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS - CEJUR  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

## **PADRÃO DE RESPOSTA DIREITO CONSTITUCIONAL**

### **QUESTÃO 1**

A Lei Municipal que dispõe sobre o regime de contratação temporária foi declarada inconstitucional, com decisão do Tribunal de Justiça local, já transitada em julgado, com efeitos modulados para que o ente público regularize a situação no prazo de seis meses.

Com o intuito de cumprir a determinação judicial, o chefe do Poder Executivo encaminhou novo Projeto de Lei para a Câmara Municipal, dispondo sobre o regime de contratação temporária no Município.

Com base nisso, responda:

a) Quais os requisitos constitucionais devem ser observados pelo Chefe do Poder Executivo ao disciplinar o sistema constitucional de contratação temporária?

b) Há possibilidade de algum tipo de controle judicial de constitucionalidade desse projeto de lei, sob a alegação de descumprimento da decisão exarada na Representação de Inconstitucionalidade transitada em julgado, em virtude de o legislador estar dispondo sobre a mesma matéria versada em legislação anteriormente declarada inconstitucional?

### **GABARITO – PADRÃO DE RESPOSTA**

O candidato deverá abordar os seguintes aspectos:

#### **1) Resumo do ponto (pontuação atribuída) – 20 pontos**

a) De acordo com o art. 37, IX, CRFB/88, é necessária a verificação da existência do excepcional interesse público; da temporariedade da contratação; e, por fim, da previsão legal para a hipótese de contratação

#### **2) Resumo do ponto (pontuação atribuída) – 20 pontos**

b) O § 2º do art. 102, CRFB/88 estabelece que todos os órgãos do Poder Judiciário e a Administração Pública Direta e Indireta, das esferas federal, estadual e municipal deverão se submeter às decisões definitivas de mérito proferidas pelo STF em controle de constitucionalidade concentrado.

No entanto, o efeito vinculante da decisão em controle concentrado de constitucionalidade não se aplica ao legislador, podendo ser editada lei de conteúdo idêntico ao declarado inconstitucional, sem que seja possível a responsabilização do



PREFEITURA

**NITERÓI**

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS - CEJUR

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

agente ou qualquer outro meio judicial cabível senão a propositura de nova ação direta de inconstitucionalidade, o que não cabe no caso de projeto de lei.

É necessário também que o candidato discorra que na ação direta de controle de constitucionalidade a coisa julgada limita-se à declaração de inconstitucionalidade de um determinado ato normativo.

- 3) **Coesão e coerência dos argumentos (pontuação atribuída) – 5 pontos**
- 4) **Correção linguística (pontuação atribuída) - 5 pontos**



PREFEITURA

**NITERÓI**

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS - CEJUR  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**PADRÃO DE RESPOSTA**  
**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**QUESTÃO 2**

Discorra sobre o direito ao esquecimento no ordenamento jurídico brasileiro, posicionando-se, justificadamente, a favor ou contra o seu reconhecimento, destacando os direitos constitucionais em aparente colisão.

**GABARITO – PADRÃO DE RESPOSTA**

O candidato deverá abordar os seguintes aspectos:

- 5) **Conceito de direito ao esquecimento (10,0 pontos)** – É o direito da pessoa de não permitir que um fato, ainda que verídico, ocorrido em determinado momento de sua vida, seja exposto ao público em geral, causando-lhe sofrimento ou transtornos.
- 6) **Fundamentos jurídicos (10,0 pontos)** – Art. 1º, III e 5º, X da CRFB e art. 21, CC/02.
- 7) **Direitos constitucionais em aparente colisão (10,0 pontos)** – Direito à intimidade, privacidade e honra em aparente colisão com a liberdade de expressão, o direito de informação e o direito à memória (art. 1º, Lei nº 12.528/2011).
- 8) **Coesão e coerência dos argumentos (10,0 pontos)**
- 9) **Correção linguística (10,0 pontos)**